



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000169-22.2023.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Apoio às contratações - SAC/COMAP.

ASSUNTO: Dispensa Eletrônica - Contratação de serviços - Pessoa jurídica especializada na venda e comercialização de espaço publicitário em jornal impresso de periodicidade diária de grande circulação no Estado de Rondônia - Análise.

### **PARECER JURÍDICO Nº 25 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

## **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo iniciado pela Assessoria de Licitações e Contratos - ASLIC da SAOFCC. Na Solicitação juntada no evento [0968771](#), essa unidade relata que:

Este Tribunal possui contrato vigente cujo objeto é a prestação de serviço de venda e comercialização de espaço publicitário em jornal impresso, especializado na veiculação de matéria em jornal de circulação regional. O contrato, porém, **expira no próximo dia 27/03/2023**. De acordo com o art. 54, §1º, da Lei 14.133/21, a publicação do extrato de edital de licitação é obrigação legal, razão pela qual há necessidade de uma nova contratação para fazer face ao comando legislativo, diante da proximidade do fim da vigência do contrato atual.

Todavia, **convém ressaltar que a unidade solicitante é a ASLIC** - Assessoria de Licitações e Contratações, dada a necessidade de divulgação de matérias relativas a licitações, por conta de exigência expressamente estabelecida pela Lei 14.133/21. **Porém, a unidade solicitante não poderá elaborar os documentos de planejamento nem poderá participar da gestão, visto que será a unidade que divulgará e conduzirá a seleção do fornecedor. Em virtude do princípio da segregação de funções (art. 5º e art. 7º, §1º, ambos da Lei 14.133/21) a unidade solicitante deverá ser diversa da unidade demandante e de gestão.**

Assim sendo, submeto a questão à Sra. Coordenadora da COMAP, momento em que sugerimos a designação de outra unidade para gestão e fiscalização, em observância ao princípio da segregação de funções. (sem destaques no original).

**02.** Em função do que noticiado pela ASLIC, a Coordenadora da COMAP encaminhou o processo ao



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

servidor **ROBERTO AZEVEDO ANDRADE JÚNIOR**, Chefe da Seção de Apoio às Contratações, para gestão o e fiscalização do contrato especificado na referida solicitação da ASLIC.

**03.** Em cumprimento foi iniciado o processo de contratação pela SAC ([0975998](#)) que tem como objeto a Contratação de pessoa jurídica especializada na venda e comercialização de espaço publicitário em jornal impresso de periodicidade diária, de grande circulação no Estado de Rondônia, para realizar as publicações oficiais de interesse da Justiça Eleitoral, especialmente avisos de licitação, de segunda a sexta-feira. No Documento de Formalização da Demanda - DFD n. 9/2023, a unidade define os contornos gerais da contratação com inexigibilidade de licitação ([0976002](#)).

**04.** Registra-se que o pedido da contratação foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n.9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

**05.** Por meio do Despacho n. 301/2023 (), o Secretário da SAOFC analisou que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD, a contratação **não** exigirá a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos. Assim, com fundamento no § 3º, § 3º da IN TRE-RO n. 9/2022, encaminhou o processo à SAC para elaboração do Termo de Referência, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

**06.** Para cumprimento do referido despacho da SAOFC e instrução do feito, foram juntados os seguintes documentos ao processo:

I - Informação conclusiva do valor estimado da contratação direta ([0976175](#)), no valor de **R\$ 13.631,45** (treze mil, seiscentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos);

II - Termo de Referência 10/2023 - SAC ([0976178](#)), complementado pelo Anexo I - Modelo de proposta ([0976342](#)) e Anexo II - Documentos de habilitação ([0976345](#)).

**07.** Por meio do Despacho n. 309/2023 ([0976393](#)), o Secretário da SAOFC determinou a remessa do processo à COFC para programação orçamentária, à SAC para análise do termo de referência e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

seus anexos, A SECONT para lavratura de minuta do contrato e, por fim, a esta Assessoria Jurídica para emissão de parecer.

**08.** A programação orçamentária da despesa no **exercício de 2023** foi juntada ao processo no evento [0976600](#), oportunidade em que a **SPOF** registrou que: "Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro."

**09.** Por sua vez, a **SAC informou, na forma de ERRATA**, que: "Em análise posterior, verificou-se na cláusula 11.1.2, a vigência de 24 (vinte e quatro) meses, quando na verdade o interregno é de 12 (doze) meses, assim onde se lê "11.1.2 O Contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a contar do vencimento do contrato atual, podendo ser prorrogada." **LEIA-SE** "11.1.2 O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar do vencimento do contrato atual, podendo ser prorrogada." Nessa linha, verifica-se que a minuta do contrato que regulará a relação entre as partes, trazida ao processo pela SECONT ([0979093](#)), já disciplina o prazo correto de 12 meses para a vigência do contrato.

**10.** Quando da remessa a esta unidade jurídica, a **SAC** registrou que considerando que a unidade solicitante é atualmente composta por um único servidor, sendo também a responsável pela elaboração do Termo de Referência e da Informação Conclusiva desta contratação. Assim, apenas **atestou que os documentos foram elaborados em consonância com os requisitos da Lei 14.133/21 e da IN 9/22/TRE-RO.**

Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica. **É o necessário relato.**

## **II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**11.** Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. 0979093) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

**12.** Por sua vez, no regime jurídico da **Lei n. 14.133/2021**, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:

**Art. 53.** Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação**.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no [art. 54](#).

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração **também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas**, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. (sem destaques no original)

**13.** O presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem a fase de planejamento da contratação, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do **art. 169 da Lei n. 14.133/2021**, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, integram a segunda linha de defesa na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

## **III – ANÁLISE JURÍDICA**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **3.1 Da verificação do cumprimento dos requisitos legais da fase preparatória da contratação**

**14.** De acordo com o **art. 18 da Lei n. 14.133/2021**, a fase **preparatória** do processo licitatório é caracterizada pelo **planejamento** e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual**, também disciplinado por essa norma, devendo abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação por meio de diversos instrumentos listados nesse dispositivo.

**15.** Contudo, o caso em análise não busca a realização de um certame licitatório, de maior complexidade. Trata-se da via da contratação direta, por **dispensa de licitação** em razão do valor do objeto pretendido. Para hipóteses como tais a **Lei n. 14.133/2021** elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação. Veja-se:

**Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexistência e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:**

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

**16.** Para regulamentar o referido comando legal, no âmbito deste Tribunal foi editada a **Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022**, que disciplina as regras e procedimentos para as contratações diretas realizadas por inexistência e dispensa de licitação. Assim, de igual forma, o referido normativo também dispõe:

## **CAPÍTULO II**

## **PLANEJAMENTO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Art. 3º** O planejamento das contratações realizadas por meio de inexigibilidade e dispensa de licitação será composto pelos seguintes documentos, quando não dispensados parcialmente na forma regulada por esta instrução normativa:

**I - Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;**

II - Formulário de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação;

III - Estudo Técnico Preliminar;

IV - Mapa de Riscos;

**V - Estimativa da Despesa, a ser apurada por meio de pesquisa de preços e registrada na Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação (ICVEC), documento padronizado pelo TRE-RO no Anexo V deste normativo;**

**VI - Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo;**

VII - Indicação e Ciência de Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, quando houver.

§ 1º O planejamento das contratações compete às unidades demandantes e, quando houver designação, às equipes de planejamento das contratações, às quais incumbe a elaboração dos documentos indicados no caput.

§ 2º A elaboração dos documentos previstos nos incisos I, V e VI do caput é obrigatória para todas as contratações diretas, exceto na ocorrência das situações previstas no inciso VIII do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, para as quais a elaboração poderá ser dispensada, sem prejuízo da observância, naquilo que aplicável, do § 6º desse dispositivo legal.

§ 3º A elaboração dos documentos previstos nos incisos II, III, e IV do caput é **facultativa**, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022).

§ 4º A elaboração do documento previsto no inciso II do caput é obrigatória nas contratações cujo planejamento contenha estudos técnicos preliminares e mapa de riscos, quando a complexidade assim exigir.

§ 5º A elaboração do documento previsto no inciso VII do caput será adotada nas contratações formalizadas mediante termo de contrato, quando a complexidade assim exigir.

§ 6º O planejamento da contratação poderá, a critério da unidade demandante ou da equipe designada, conter outros documentos considerados necessários à instrução processual.

§ 7º O gestor da unidade demandante deverá, como condição para o encaminhamento do processo à SAOFC, manifestar expressa concordância com os termos da contratação proposta.

**17.** Como visto pelos dispositivos acima que estabelecem os documentos da fase de planejamento das contratações diretas, cuja análise será realizada de forma individual neste parecer:

**I - Poderão ser dispensados de forma justificada:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) a equipe de planejamento da contratação;
- b) o Estudo Técnico Preliminar; e
- c) o mapa de riscos;
- d) Equipe de Gestão e Fiscalização de contrato.

### **II - Por sua vez, são obrigatórios a todas elas:**

- a) Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;
- b) Estimativa da Despesa; e
- c) ) Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo.

### **3.1.1 Da análise dos elementos do Documento de Oficialização da Demanda - DOD:**

**18.** O Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação está disciplinado pelo art. 4º da IN TRE-RO n. 9/2022, que o padroniza na forma de seu anexo IV, documento utilizado pela SAC para o registro de sua demanda ([0976002](#)). Verifica-se que todos os elementos exigidos pelo referido regulamento foram informados pela unidade demandante. Destaca-se que nas **informações adicionais** a unidade justificou a dispensa de equipe de planejamento, estudo técnico preliminar, mapa de riscos da contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de contrato, basicamente por se tratar de "(...) objeto simples, de fácil identificação, especificação e execução(...)."

**19.** Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do Documento de Oficialização da Demanda de TIC ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da Resolução CNJ n. 468/2022.

### **3.1.2 Da análise da Estimativa da Despesa:**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**20.** A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade para cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021).

**21.** Quanto à **escolha do fornecedor**, esse requisito será tratado na próxima seção deste parecer. Em relação à **justificativa do preço**, tem-se que neste Tribunal as regras da estimativa da despesa estão disciplinadas pelo **art. 9º e sgs da IN TRE-RO n. 9/2022**, que utiliza, por meio de seu Anexo V, documento padronizado, denominado de **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO**, elaborado em harmonia com o disposto no **art. 23 da Lei n. 14.133/2021**, atualmente regulamentado pela **Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021**. No caso em análise o referido documento foi juntado ao processo no evento [0976175](#) e demonstra que o preço foi estimado de acordo com contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços. O valor foi obtido da seguinte forma descrita no TR:

8.2 O valor foi obtido da seguinte forma:

- a) No exercício de 2022 foram realizados 47 certames licitatórios. Não se pode definir quantos certames serão realizados em 2023, razão pela qual fixa-se o número estimado de 50 certames, para os quais haverá uma publicação de extrato por edital.
- b) A realidade nos mostra, indubitavelmente, que em alguns certames o edital é modificado após a sua publicação, seja por questionamentos apresentados pela via de esclarecimento ou impugnação, seja pela via recursal, seja de ofício ou por outros motivos. Nesse caso, a teor art. 55, §1º, da Lei 14.133/21, impõe-se nova publicação. Para tanto, estima-se em 30% de republicações.
- c) **A realidade do mercado é de publicação por centímetro/coluna, na qual a largura da coluna é fixa (aprox. 4cm) e a cobrança se dá pela altura da coluna, que varia de acordo com o tamanho da matéria. As contratações anteriores demonstram que um aviso de licitação mede em torno de 8,5cm de altura. Em razão disso, tem-se o seguinte cálculo:**

(...)

**22.** Nessa linha, a análise das informações juntadas ao processo e registradas no **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO**, complementadas pelas informações que constam do capítulo 8 do TR, revela que a unidade laborou dentro dos limites traçados pela





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

### **3.1.3 Da Seleção do fornecedor - adoção do procedimento de dispensa eletrônica para ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

**23.** De notar-se que a pesquisa de preços não teve como objetivo a seleção de uma proposta tida como mais vantajosa para contratação direta, procedimento que poderia ocorrer com fundamento no **art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021** para justificar a escolha do fornecedor. Ela se prestou tão só à estimativa do valor da contratação que será processada, como indicado pela SAC no DFD, por meio de DISPENSA ELETRÔNICA, na forma disciplinada pelo art. 28 da **Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022**, veja-se:

Art. 28. A contratação por dispensa de licitação será operacionalizada por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal (Comprasnet 4.0), atualmente disciplinada pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021, que dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei n. 14.133/2021 e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como em suas eventuais alterações ou nova regulamentação expedida pelo Poder Executivo, salvo disposição superveniente em contrário expedida pelo Conselho Nacional de Justiça ou pelo Tribunal Superior Eleitoral, de observância obrigatória por este Regional.

**§ 1º. A dispensa de licitação na forma eletrônica será preferencialmente adotada, mediante autorização do titular da SAOFC, nas seguintes hipóteses:**

I - contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, no limite do disposto no inciso I do caput do art. 75 da Lei n. 14.133/2021;

**II - contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei n. 14.133/2021;**

III - contratação de obras, bens e serviços, incluídos os serviços de engenharia, nos termos do disposto no inciso III e todos os seguintes que constam do caput do art. 75 da Lei n. 14.133/2021, quando cabível; e

IV - registro de preços para a contratação de bens e serviços por mais de um órgão ou entidade, nos termos do § 6º do art. 82 da Lei n. 14.133/2021 e observado o art. 39 desta instrução normativa. (destacou-se)

...



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**24.** Como visto, o procedimento de seleção do fornecedor por meio da DISPENSA ELETRÔNICA - que como dizem alguns é um "*preguinho*", na comparação com as regras do pregão eletrônico - tem rito próprio estabelecido pela **Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022**, que exige prévia aprovação do titular da SAOFC, justamente após esta fase do controle prévio de legalidade exercitado pela Assessoria Jurídica em relação aos documentos da fase de planejamento da contratação.

**25.** Dito isso, pode-se apontar que a hipótese em análise, representada pela contratação de serviços publicitários com **pluralidade de fornecedores, cuja seleção se dará apenas pela disputa de preços** entre os classificados e habilitados à prestação desses serviços, nos **limites dos valores de dispensa de licitação** estabelecidos pelo **art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021**, poderá ser processada por meio da DISPENSA ELETRÔNICA disciplinada pela **Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021**, na forma sugerida pela SAC, caso autorizada pelo titular da SAOFC, com fundamento também na **Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022**.

### **3.1.4 Da análise do termo de referência:**

**26.** O Termo de Referência está disciplinado pelos **arts. 15 e sgs da IN TRE-RO n. 09/2022**, que o padroniza na forma de seu anexo VI, documento utilizado pela SAC para disciplinar as regras da contratação pretendida [0976178](#). Verifica-se que a unidade cuidou de inserir no TR todos os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade. Destaca-se:

**I** - A descrição do objeto, Capítulo 1;

**II** - A previsão da contratação no Plano Anual de Contratações 2023, Capítulo 3;

**III** - A justificativa da contratação, Capítulo 3;

**IV** - A devida **descrição integral da solução** - Capítulo 4;

**V** - A descrição dos **requisitos da contratação**, Capítulo 5;

**VI** - A justificativa pela não exigência de **práticas de sustentabilidade**. Contudo, o Tr também prevê as seguintes obrigações para a contratada:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*I – Declarar que o jornal será impresso em material reciclado;*

*II – Declarar que pratica a destinação ambientalmente correta das sobras de jornais;*

*III – Apresentar licenciamento ambiental municipal para funcionamento ou declaração/certidão do poder municipal sobre a ausência, dispensa ou isenção do licenciamento, relativamente ao município do estabelecimento de produção/impressão.*

**Registra-se que deverá a gestão do contrato observar com rigor tais obrigações, sem o quê as exigências serão desprovidas de eficácia.**

**VII - O modelo de execução do objeto, Capítulo 7;**

**VIII - A estimativa do valor da contratação - Capítulo 9;**

**IX - Aderência orçamentária,** com indicação da fonte e os valores previstos pra execução nos exercícios de 2023 e 2024, Capítulo 9;

**X - Forma de seleção do fornecedor,** com indicação da adoção do procedimento da dispensa eletrônica disciplinada pelo art. 75, §3º, da Lei 14.133/21, Capítulo 10.

Verificam-se a definição de critérios para aceitação da proposta, entre eles as declarações de natureza ambiental e comprovação de circulação em, pelo menos 26 (vinte e seis) dos 52 (cinquenta e dois) municípios de Rondônia, dentre os quais, **necessariamente**, Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Vilhena, Cacoal, Rolim de Moura, entre outros. Tal exigência foi justificada pela unidade demandante.

No tocante aos critérios de **qualificação técnica** a serem atendidos pelos competidores no procedimento da dispensa eletrônica, verifica-se as exigências:

**a) atestado de capacidade técnica** (art. 67, II, da Lei n. 14.133/2021);

**b) Licenciamento ambiental municipal,** em nome da proponente, para funcionamento ou declaração/certidão do poder municipal sobre a ausência, dispensa ou isenção do licenciamento - (art. 67, IV, da Lei n. 14.133/2021: *Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso*).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Verifica-se que o licenciamento ambiental ou a comprovação de sua dispensa, está sendo exigido em função dos seguintes textos legais, indicados no TR:

6.4 Nesse contexto, no âmbito do Município de Porto Velho, cabe trazer à baila a Lei Complementar Municipal nº 138/2001, que dispõe em seu art. 53:

*Art. 53. Depende de autorização prévia da SEMA, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis, a obtenção de licença para funcionamento de:*  
*I - atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;*

6.5 O tema foi regulamentado pelo Decreto Municipal nº 14.756/17, que dispõe:

*Art. 3º Para efeito deste Decreto, considera-se:*

*(...)*

*VI - Licenciamento ambiental: procedimento administrativo pelo qual a SEMA verificando a satisfação das condições legais e técnicas, licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam vir a causar degradação e/ou modificação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;*

6.6 O anexo I do citado decreto traz um rol enquadramento dos empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental no município de Porto Velho/RO, dentre os quais está a impressão de jornais como atividade de médio potencial poluidor e a atividade de comércio de livros, jornais e outras publicações com atividade de baixo potencial poluidor.

6.7 Por outro lado, o anexo II do decreto traz um rol de empreendimentos dispensados de licenciamento ambiental no âmbito do Município de Porto Velho/RO, dentre os quais está a atividade de representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações.

6.8 Todavia, não se pode restringir a cotação a empresas com sede no município de Porto Velho, pois o importante é que o Jornal circule no estado de Rondônia.

6.9 Assim, a proponente deverá:

I – Declarar que o jornal será impresso em material reciclado;

II – Declarar que pratica a destinação ambientalmente correta das sobras de jornais;

III – Apresentar licenciamento ambiental municipal para funcionamento ou declaração/certidão do poder municipal sobre a ausência, dispensa ou isenção do licenciamento, relativamente ao município do estabelecimento de produção/impressão.

## **XI - regras do contrato - Capítulo 11.**

Nesse ponto nota-se que o TR trouxe a informação de vigência do contrato por 24 meses.

Contudo, como já constou do relato deste parecer, **a SAC informou, na forma de ERRATA**, que: "*Em análise posterior, verificou-se na cláusula 11.1.2, a vigência de 24 (vinte e quatro) meses, quando na*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*verdade o interregno é de 12 (doze) meses, assim onde se lê "11.1.2 O Contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a contar do vencimento do contrato atual, podendo ser prorrogada." LEIA-SE "11.1.2 O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar do vencimento do contrato atual, podendo ser prorrogada."*

Verifica-se que a minuta do contrato que regulará a relação entre as partes, trazida ao processo pela SECONT ([0979093](#)), já disciplina o prazo correto de 12 meses para a vigência do contrato.

Tratando-se de serviços contínuos e, portanto, com possibilidade de prorrogação por até 5 anos, na forma do art. 106 da Lei n. 14.133/2021, destaca-se que deverão ser observados os requisitos listados no art. 107 da NLLC, como indicado no TR.

Além disso, tratando-se da contratação de serviços contínuos que se dá com fundamento no **art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021**, quando das eventuais prorrogações deverá ser observado o limite máximo para dispensa, **sob pena de fracionamento de despesa**, atualmente de **R\$ 57.208,33** (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), na forma do Decreto Federal n. 11.317/2022 - e que deverá ser conferido - e eventualmente atualizado - quando da efetiva prorrogação.

**XII - Modelo de gestão do contrato** - que atribui a gestão e fiscalização do contrato ao chefe da Seção de Apoio às Contratações - SAC, Capítulo 12.

**XIII - Infrações e sanções aplicáveis** - Capítulo 13.

**27.** Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do Termo de Referência n. 10/2023-SAC ([0976178](#)) ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022, podendo ser aprovado pela autoridade administrativa.

### **3.2 Da análise da minuta do contrato**

**25.** Os instrumentos contratuais não estão listados entre aqueles que integram a fase de planejamento da contratação, os quais, na forma devem ser submetidos ao controle de legalidade da Assessoria Jurídica na forma do **art. 53 da Lei n. 14.133/2021**. Contudo, o § 4º desse mesmo dispositivo determina que o órgão de assessoramento jurídico da Administração **também realizará o controle prévio de legalidade** das



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. Por sua vez, o instrumento de contrato - ou seu substitutivo - é imperativo nos casos elencados pela lei. Veja-se:

**Art. 95.** O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

**I - dispensa de licitação em razão de valor;**

**II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras,** inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

§ 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no [art. 92 desta Lei](#).

§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). [\(Vide Decreto nº 10.922, de 2021\)](#) [\(Vigência\)](#)

**26.** Como visto, a NLLC dispensa a celebração de contratos para as situações de dispensa de licitação. No inciso II, também mitiga essa formalidade para compras de entrega imediata e integral dos bens adquiridos que **não resultem obrigações futuras**. Assim, a leitura rasa da letra da Lei levaria à conclusão que os serviços contratados com dispensa de licitação, mesmo com previsão de obrigações futuras, não demandariam instrumento de contrato. Contudo, essa não é a melhor leitura dessa regra no entendimento do renomado Professor administrativista **Marçal Justen Filho**, veja-se:

### **3.2) a inter-relação entre os incisos**

A previsão contemplada no inc. II deve nortear a interpretação também do inc. I. No inc. II alude-se às hipóteses em que a contratação não imponha ao contratado obrigações futuras, inclusive de assistência técnica.

A ausência de adoção de instrumento completo é cabível sempre que as condições contratuais forem singelas, destituídas de complexidade e não envolverem necessidade de explicitação quanto a deveres futuros. (**Marçal Justen Filho - Comentários à lei de licitações e contratos administrativos** - São Paulo, Thomson Reuters, 2021. p. 1252 - destaques no original)

**27.** A jurisprudência do TCU, formatada no regime da Lei n. 8.666/93, como por exemplo nos **Acórdãos 1.234/2018 e 363/2003 - ambos do Plenário e 7.125/2010 - 1ª Câmara**, consolidou-se no sentido da dispensa de instrumento para todas as contratações que **não resultem obrigações futuras**, exigindo, contrário senso, quando existentes





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

obrigações futuras por parte da contratada. Nesses termos, entende-se como **absolutamente indispensável** a celebração de contrato para regular as relações entre as partes, que se dará ao longo do tempo com obrigações futuras recíprocas.

**28.** A análise dos elementos da minuta do instrumento contratual trazida ao processo pela SECONT no evento [0979093](#), revela que essa foi adequada às regras disciplinadas pelo novo regime jurídico das contratações instituído pela Lei n. 14.133/2021. Por sua vez, as condições ajustadas decorrem dos demais documentos da fase de planejamento, notadamente do termo de referência elaborada pela unidade demandante. Assim, sob o aspecto formal, verifica-se que o instrumento encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei n. 14.133/2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

## **IV – CONCLUSÃO**

**29. Pelo exposto**, e por tudo o mais que consta neste processo, esta assessoria jurídica conclui:

a) pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei n. 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, motivo pelo qual opina:

b) dada a notícia de pluralidade de fornecedores para comercializar o produto no Brasil, cuja seleção se dará apenas pela disputa de preços entre os classificados e habilitados à prestação dos serviços, nos limites dos valores de dispensa de licitação estabelecidos pelo **art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021**, **pela possibilidade de a contratação pretendida ser processada por meio da DISPENSA ELETRÔNICA** disciplinado pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021, na forma sugerida pela SAC e, ainda, com fundamento no art. 28, § 1º da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022;

Conforme já apontado no **item 8 deste parecer**, a programação orçamentária da despesa no **exercício de 2023** foi juntada ao processo no evento [0976600](#), oportunidade em que a **SPOF** registrou que: "Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro."



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) em razão do que registrado no **item 28 deste parecer** e em cumprimento ao **art. 53, § 4º da Lei n. 14.133/2021**, esta Assessoria Jurídica **APROVA** a minuta do contrato juntada no evento [0979093](#), estando o referido instrumento apto para regular a relação entre as partes e produzir os efeitos jurídicos que dele se esperam.

d) Caso autorizada a DISPENSA ELETRÔNICA pelo titular da SOFC, remessa à ASLIC, na forma do item 15, "b", do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 para o processamento, com o registro, divulgação, operacionalização, julgamento da proposta, habilitação e elaboração de relatório e continuidade da tramitação conforme itens 18 e seguintes.

Registra-se que há modelo padronizado de aviso de dispensa eletrônica (evento [0925036](#)) aprovado no âmbito deste Tribunal pela **PORTARIA 435/2022-DG** ([0926736](#)), situação que dispensa a análise desse documento por esta unidade jurídica (§ 5º, art. 53, Lei n. 14.133/21).

**30.** Na forma do art. 4º da Lei n. 14.133/2021 c/c a parte final do art. 49, IV, da LC n. 123/2006, **deverá a unidade demandante - SAC, informar no processo, previamente à divulgação do aviso da dispensa eletrônica, se ela será destinada exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte** (art. 6º, I, da IN SEGES/ME n. 67/2021).

**31.** Ao final do procedimento, em cumprimento ao item 18, "a", do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, o processo deverá retornar à AJSAOFC para emissão de parecer e submissão à autoridade administrativa.

À consideração do(a) Secretário(a) da SAOFC.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 17/02/2023, às 15:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0979486** e o código CRC **BE38B0BB**.

0000169-22.2023.6.22.8000

0979486v18



### **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000169-22.2023.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Apoio às contratações - SAC/COMAP.

ASSUNTO: Análise final – Dispensa Eletrônica n. 4/2023 - Contratação de serviços - Pessoa jurídica especializada na venda e comercialização de espaço publicitário em jornal impresso de periodicidade diária de grande circulação no Estado de Rondônia - Análise.

## **PARECER JURÍDICO Nº 52 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

### **I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo no qual se busca a contratação de pessoa jurídica especializada na venda e comercialização de espaço publicitário em jornal impresso de periodicidade diária, de grande circulação no Estado de Rondônia. No Documento de Formalização da Demanda - DFD n. 9/2023, a a SAC/COMAP define os contornos gerais da contratação com dispensa de licitação em razão do valor ([0976002](#)).

**02.** Após instrução inicial, o processo foi objeto de análise desta unidade que, por meio do Parecer Jurídico n. 25/2023 ([0979486](#)), concluiu:

**29. Pelo exposto**, e por tudo o mais que consta neste processo, esta assessoria jurídica conclui:

**a)** pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei n. 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, motivo pelo qual opina:

**b)** dada a notícia de pluralidade de fornecedores para comercializar o produto no Brasil, cuja seleção se dará apenas pela disputa de preços entre os classificados e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

habilitados à prestação dos serviços, nos limites dos valores de dispensa de licitação estabelecidos pelo **art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021, pela possibilidade de a contratação pretendida ser processada por meio da DISPENSA ELETRÔNICA** disciplinado pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021, na forma sugerida pela SAC e, ainda, com fundamento no art. 28, § 1º da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022;

Conforme já apontado no **item 8 deste parecer**, a programação orçamentária da despesa no **exercício de 2023** foi juntada ao processo no evento [0976600](#), oportunidade em que a **SPOF** registrou que: "Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro."

c) em razão do que registrado no **item 28 deste parecer** e em cumprimento ao **art. 53, § 4º da Lei n. 14.133/2021**, esta Assessoria Jurídica **APROVA** a minuta do contrato juntada no evento [0979093](#), estando o referido instrumento apto para regular a relação entre as partes e produzir os efeitos jurídicos que dele se esperam.

d) Caso autorizada a DISPENSA ELETRÔNICA pelo titular da SOFC, remessa à ASLIC, na forma do item 15, "b", do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 para o processamento, com o registro, divulgação, operacionalização, julgamento da proposta, habilitação e elaboração de relatório e continuidade da tramitação conforme itens 18 e seguintes.

Registra-se que há modelo padronizado de aviso de dispensa eletrônica (evento [0925036](#)) aprovado no âmbito deste Tribunal pela **PORTARIA 435/2022-DG** ([0926736](#)), situação que dispensa a análise desse documento por esta unidade jurídica (§ 5º, art. 53, Lei n. 14.133/21).

**30.** Na forma do art. 4º da Lei n. 14.133/2021 c/c a parte final do art. 49, IV, da LC n. 123/2006, **deverá a unidade demandante - SAC, informar no processo, previamente à divulgação do aviso da dispensa eletrônica, se ela será destinada exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte** (art. 6º, I, da IN SEGES/ME n. 67/2021).

**31.** Ao final do procedimento, em cumprimento ao item 18, "a", do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, o processo deverá retornar à AJSAOFC para emissão de parecer e submissão à autoridade administrativa.

**03.** Pelo Despacho n. 403/2023 ([0981207](#)), o Secretário da SAOFC acolheu as conclusões do referido parecer jurídico, manifestou-se **favorável** a contratação por meio de **DISPENSA ELETRÔNICA** e encaminhou o processo à ASLIC para, na forma do item 15, "b", do Anexo VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, o processamento, com o registro, divulgação, operacionalização, julgamento da proposta, habilitação e elaboração de relatório e continuidade da tramitação conforme itens 18 e seguintes ([0968255](#)) e após a esta unidade jurídica para emissão de parecer jurídico.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**04.** Por meio da Informação juntada no evento [0981818](#), a unidade demandante recomendou não adotar o regime de exclusividade na participação de ME/EPP na disputa para evitar prejuízo a competitividade do certame. A ASLIC trouxe ao processo o Aviso de Dispensa Eletrônica n. 04/2023 ([0984010](#)) com as regras da contratação, devidamente divulgado e publicado, conforme documentos comprobatórios juntados no evento [0984011](#).

**05.** Vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) extrato do cadastramento da Dispensa Eletrônica no sistema SIASGNET ([0984011](#));

b) relatório de propostas extraído do Portal Compras.gov.br ([0988649](#));

c) documentos de proposta e habilitação da cotante **A GAZETA DE RONDONIA EDIÇÃO DE JORNAL LTDA -** CNPJ 14.515.552/0001-47 ([0988589](#), [0988594](#), [0988596](#), [0988598](#) e [0988600](#)).

**06.** Por fim, o pregoeiro registrou as principais ocorrências do **certame** em seu Relatório 008/2023, com vistas à apreciação superior, decisão e deliberação quanto à adjudicação e homologação do certame pela autoridade administrativa ([0988664](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pelo Agente de Contratação a esta Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na disputa ([0988666](#)).

**É o necessário relatório.**

## **II – DA ANÁLISE JURÍDICA**

**07.** Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do § 3º do art. 75 c/c art. 174, I, da Lei n. 14.133/2021 e, ainda, do Parágrafo único do art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021, dando-se a devida divulgação do aviso da dispensa eletrônica no Portal Nacional de Contratações Públicas, com observância do **prazo mínimo de 03 (três) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas**, no qual também a constou a definição do objeto, o valor



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estimado e a indicação do período no qual seriam recebidas as propostas (evento [0984011](#)).

**08.** Passa-se à análise dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

**a) propostas comerciais:**

Estão registradas no relatório de propostas extraído do sistema ([0984011](#)).

**c) Item deserto:** Não houve;

**d) Cancelados na Aceitação:** Não houve;

**e) Aceitação/negociação:**

De acordo com o relatório de propostas extraído do sistema ([0988649](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([0988664](#)), definiu-se o ofertante do menor preço para o único item da cotação, a empresa A GAZETA DE RONDONIA EDICAO DE JORNAL LTDA - CNPJ 14.515.552/0001-47, com preço final de R\$ 11.613,00 (onze mil seiscentos e treze reais).

Analizados os documentos de habilitação juntados no evento [0988600](#) e após a regular apresentação das declarações da destinação ambiental adequada das sobras do jornal ([0988596](#)) e de impressão em papel jornal reciclado ([0988598](#)), exigidas no **Anexo I, Modelo de proposta** do Aviso de Dispensa Eletrônica, o cotante foi habilitado.

**ANÁLISE:** As ocorrências registradas no sistema e reproduzidas no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação demonstram a aplicação objetiva do critério para aceitação da proposta pelo menor preço ofertado, inclusive com negociação e redução do valor inicial, e dos critérios de habilitação da cotante, ambos definidos no ADE.

Assim, esta Assessoria Jurídica não vê reparos nos atos e decisões do Agente de Contratação.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Cabe registrar, assim, que o procedimento da Dispensa Eletrônica n. 4/2023 foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no relatório do agente de contratação, sendo que, conforme informado no item VII do relatório, o sistema somente disponibilizará o relatório analítico da operação do certame após a homologação.

### **III – CONCLUSÃO**

**09. Por todo o exposto**, trazendo ainda a esta as conclusões do Parecer Jurídico n. 25/2023 ([0979486](#)), esta Assessoria Jurídica opina:

**I** - pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, na forma prevista pelo art. 72 da Lei n. 14.133/2021 e, ainda, nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022;

**II** - pela **adjudicação** do resultado da Dispensa Eletrônica n. 4/2023, nos exatos contornos registrados no relatório de propostas extraído do sistema ([0988649](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([0988664](#)), para **adjudicação** do seu objeto à empresa **A GAZETA DE RONDONIA EDICAO DE JORNAL LTDA** - CNPJ 14.515.552/0001-47, com preço final de R\$ 11.613,00 (onze mil seiscentos e treze reais) e regularmente habilitada.

Conforme apontado no **item 8** do Parecer Jurídico n. 25/2023 há comprovação da programação orçamentária da despesa no **exercício de 2023**, juntada ao processo no evento [0976600](#).

**III** - pela **homologação do certame pela autoridade competente**, caso adjudicado, pela própria autoridade administrativa, com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**10.** Após a decisão da autoridade superior e demais providências para a contratação, deverá ocorrer a divulgação e disposição do público em sítio eletrônico oficial do TRE-RO do ato que autorizou a contratação direta, na forma do Parágrafo único do art. 72 da Lei n. 14.133/2021, além da regular publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

**11.** Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à habilitação ou aceitação do objeto.

Ao **senhor Secretário da SAOFC** para fins da manifestação prevista no **item 21 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022** e continuidade da tramitação.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 21/03/2023, às 16:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0990240** e o código CRC **BC9CB0C5**.